

COP 23 FIJI, UN Climate Change Conference.
13 novembro de 2017. Bonn, 2017.

A participação do governo brasileiro na COP-23

Calvin Stefan Iost e Talita dos Santos Esturba
para o RCGILex.com

Durante a segunda semana de conferência, no dia 13 de novembro de 2017, a coordenação da delegação brasileira a COP 23 convocou a participação de toda a delegação em reunião onde o atual Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, apresentou a conjuntura nacional em termos da posição do ministério em relação às questões climáticas e ambientais defendidas pelo Brasil. Dentre os participantes da mesa também se encontravam parlamentares e o diplomata e subsecretário José Antônio Marcondes de Carvalho, ligado às questões climáticas no Itamaraty.

Grandes Temas da Conferencia

Segundo apresentado pela mesa, atualmente existem dois grandes temas em pauta na conferência, o primeiro deles é a criação de um mecanismo denominado “Diálogo facilitativo” (chamado por Fiji como “Talanoa dialogue”), que será formalizado em 2018 na COP-24 a ser realizada em Katowice, na Polônia. Este formato de trabalho é defendido pela presidência de Fiji, e tem por objetivo o entendimento das posições e geração de resultados para melhores discussões na próxima conferência, espera-se que ao final já esteja finalizado o formato de trabalho deste diálogo.

O segundo tema, apresentado pela mesa, é relacionado à tentativa por alguns países desenvolvidos de incorporarem dificuldades nas regras de financiamento climático do GEF (Global Environment Facility, o Fundo Global para o Meio Ambiente) [1] e do Green Climate Fund [2] (Green Climate Fund, o Fundo Verde para o Clima), de acordo com o colocado pela mesa, estas regras seriam um retrocesso e o mesmo que reescrever o acordo de Paris, concluído em 2015.

Esclarecimentos do Ministério do Meio Ambiente

Na segunda sessão da reunião, o Ministro José Sarney Filho apresentou informações e esclarecimentos gerais aos presentes sobre temas diversos.

Em relação à contenção do desmatamento, apresentou-se que a principal ferramenta utilizada hoje ao nível governamental são os dispositivos de “comando e controle”, termo conhecido por “poder de polícia”. Segundo o Ministro, em um cenário ideal, a forma de preservação mais adequada seria aquela onde por intermédio da valorização ambiental de nossos recursos naturais, o valor da floresta plantada seria superior ao da floresta derrubada e, portanto, não haveria benefícios econômicos para quem praticasse o desmatamento. Para o Ministro, durante os últimos três anos houve a redução de recursos orçamentários que levaram à perda de vigor dos dispositivos de comando e controle com conseqüente aumento do desmatamento, que aumentou em 29%, o maior da última década. Ainda, de acordo com o Ministro houve a recomposição do orçamento do ICMBio e do IBAMA, revigorando as operações destas

instituições, com vigorosas ações realizadas no último ano e com consequentes reações da bancada ruralista e reversão da curva de aumento do desmatamento, que em 2016-2017 houve uma redução em 16%. O Ministro espera que a redução do desmatamento continue, uma vez que dados do IMAZON, comparando agosto de 2016 com o mesmo período de 2017 apontam uma queda de 60% do desmatamento. Adicionalmente, foi-se apresentada a recomposição e acréscimo de 120 milhões de reais ao orçamento de 2018, sendo o Fundo da Amazônia considerado de forma adicional, sendo assim, não irá complementar o orçamento. Apresentou-se que a partir do próximo mês a procuradora geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge, em conjunto com Suely Araújo, presidente do IBAMA e Ricardo Soavinski, presidente do ICMBio darão início, pela primeira vez, a 16.000 ações civis contra aqueles que desmataram em 2016, que deverão se defender perante a justiça e, se culpados, reparar o dano ambiental.

O Ministro apresentou que estão sendo ampliadas as concessões sobre o manejo florestal, e que segundo ele, esta é uma forma adequada de valorizar o bem ambiental, bem como outros aspectos, tal como a trabalhista. Segundo apresentado, há a tentativa de criação de três a cinco novas REx (Reservas Extrativistas) no Pará e no Maranhão, ainda não existentes devido a dificuldades sobre questões relacionadas ao Ministério de Minas e Energia.

O Ministro ressalta que houve tentativas de retrocessos nas atuais agendas ambientais pelo Congresso Nacional, tais como aquelas relacionados a Floresta nacional do Jamanxim. O uso de parecer técnico elaborado pelo ICMBio foi enviado pelo Ministério ao Congresso, e este ao passar pelos procedimentos governamentais, aumento de orçamento e uso da Força Nacional, pode reverter a situação da região, que antes era conhecida como uma das áreas com maiores índices de desmatamento, e agora apresenta a redução em torno de 59% neste índice de acordo com o INPE.

Atualmente, existem esforços para a aprovação de medidas ainda não votadas que propiciam a renúncia fiscal para a indústria de petróleo e gás natural, combustíveis fósseis, consoante o Ministro, estão sendo realizados esforços conjuntos com o intuito de reverter a situação frente ao Congresso, para que o Brasil não entre na contramão frente aos objetivos defendidos na conferência climática. A aprovação desta medida provisória deve ocorrer no máximo até as três semanas seguintes, antes de prescrever, acrescenta o Ministro.

Proximos Passos

A política ambiental brasileira que, para o Ministro, não estava adequada no momento da COP-22 de Marrakech, hoje encontra-se em andamento, em um estágio muito mais desenvolvido. A mesa ao ser questionada sobre a janela de oportunidade gerada pela proximidade da COP-23 acerca dos andamentos da aprovação de agendas positivas no Congresso em relação aos temas ambientais, tais como a ratificação da emenda de Doha (mais em [3]) e outros, apresentou que a atual conjuntura do congresso não se encontra favorável mesmo para propostas que acreditava-se possuir maior facilidade de aprovação, entretanto espera-se que o clima pós COP-23 seja favorável para estes fins.

Houve avanços vigorosos em relação à política ambiental brasileira, embora ainda ocorram inúmeras tentativas de retrocessos por alguns segmentos, explicou o Ministro.

Em contrapartida, Carlos Rittl, do Observatório do Clima, participante do evento, citou que o atual contexto nacional é de grande dificuldade em um âmbito maior àquele da alçada do

Ministério do Meio Ambiente, citando que com a atual conjuntura do Planalto, possivelmente em 2020 o Brasil não conseguirá cumprir suas metas de redução do desmatamento conforme previstas pela Política Nacional de Mudanças Climáticas [4].

O Ministro apelou para que ocorra a participação social, segundo ele, de fundamental importância para que não ocorram aprovações de projetos que promovam retrocessos na agenda ambiental, tais como o da renúncia fiscal para a indústria do petróleo. Citou como exemplo a revogação da do decreto que visava a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), e como a participação da sociedade foi um dos fatores mais relevantes nesse sentido.

Este artigo foi produzido colaborativamente por Calvin Stefan Iost, consultor ambiental e mestre em energia e meio ambiente pela USP e Talita dos Santos Esturba, mestre em energia e meio ambiente pela USP.

Revisão: Hirdan Katarina de Medeiros Costa – RCGILex.com

Mais informações:

[1] Global Environment Facility. Disponível em: <<https://www.thegef.org/>>

[2] Green Climate Fund. Disponível em: <<http://www.greenclimate.fund/home>>

[3] Senado. ONU pede ao Congresso a ratificação da Emenda Doha de redução do efeito estufa. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/secretaria-da-onu-pede-ao-congresso-nacional-a-ratificacao-da-emenda-de-doha-ao-protocolo-de-kyoto>>

[4] BRASIL. Política Nacional de Mudanças Climáticas. 2010.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm>